



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**Formação profissional e COVID-19:
reflexões do Serviço Social na Saúde**

Débora Holanda Leite Menezes¹
Tayara Felipe Pinheiro Sassaro²
Leon Pereira de Oliveira³
Júlia Barcelos Bittencourt⁴

Resumo: O trabalho busca realizar uma breve reflexão acerca da formação profissional em Serviço Social atravessada pelos desafios e possibilidades emergentes no contexto pandêmico, iniciado no ano de 2020. A partir da análise bibliográfica e documental, este trabalho foca na aproximação dos acadêmicos de Serviço Social de uma universidade pública federal, no campo da saúde através de estágios, projetos de extensão e pesquisa. Assim, é possível obter um breve retrato da formação de trabalhadores da saúde mediante a análise das experiências nesse espaço sócio-ocupacional e produções acadêmicas. Assim, o estudo oportuniza reflexões significativas e deletérias, vivenciadas pelos estudantes em formação.

Palavras-chave: Formação profissional. Pandemia. Saúde. Serviço Social.

**Professional qualification and COVID-19:
reflections of Social Work in Health**

Abstract: This work intends to realize a brief reflection towards Social Work professional qualification caught by the pandemic which began in the year of 2020 and its emergent challenges and possibilities. From bibliographic and documental analysis, this paper focuses on a federal public university Social Work interns in the public health policy, through internships, extension projects and research. As such, it is possible to obtain a brief report of health professional qualification by the analysis of experiences in this field and academic works. Therefore, this study makes it possible to do relevant reflections of adverse situations and perspectives lived by students.

Keywords: Professional qualification; Pandemic; Health; Social Work.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde. E-mail: deyholandaufrij@gmail.com

² Assistente Social, Mestranda em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Especializanda em Direitos Humanos e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Colaborador Externo do Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde. E-mail: tayarafpsassaro@gmail.com

³ Assistente Social. Residente em Saúde da Família pela ENSP/Fiocruz. Colaborador Externo do Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde. E-mail: leon.oliveira351@gmail.com

⁴ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: barcelosbittencourt@gmail.com

1.Introdução

Este trabalho se propõe a refletir sobre a formação profissional em Serviço Social e os impactos sobre ela em função da pandemia de Covid-19. Para tanto, este estudo toma como base a análise de relatos de experiência de graduandos em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no período pandêmico, bem como a revisão bibliográfica e levantamento documental acerca das produções universitárias apresentadas nas jornadas científicas entre os anos de 2004 e 2014. Isto porque, até o ano de 2020, as produções acadêmicas não tiveram como objeto de estudo a temática da pandemia, nem mesmo nos cursos vinculados ao Centro de Ciências da Saúde (CCS - UFRJ) ou campos de estágio da área da Saúde. Em levantamento documental realizado a partir dos Cadernos de Resumos de Jornadas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre os anos de 2004 e 2014, foi encontrado apenas um resumo tratando de pandemia, no curso de Serviço Social.

O cenário vivido pelos docentes, discentes e supervisores de campo foi inteiramente inédito, de modo que coube a cada uma das instituições de ensino superior adaptar-se aos desafios para formação profissional impostos pelo contexto pandêmico. Houve a necessidade de suspensão das atividades presenciais em função dos protocolos sanitários recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A partir destas medidas, as temáticas da saúde pública e, sobretudo, da pandemia passaram a ser os principais eixos de discussões que atravessaram o tripé universitário, se fazendo presente nos espaços de ensino, pesquisa e extensão.

No que diz respeito ao estágio — obrigatório e não obrigatório — curricular do Serviço Social, o estágio remoto foi aprovado enquanto medida emergencial, tomando como base notas e orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) emitidas ao longo dos anos de 2020 e 2021, que ratificam o compromisso das instituições com as normas previstas na Resolução do CFESS nº533/08, bem como os princípios e diretrizes dispostos no Código de Ética vigente e na Lei de Regulamentação da Profissão (MENEZES; BOTELHO; RODRIGUES, MOURA, 2021). Nesse sentido, a experiência de estágio remoto e híbrido, após o avanço da vacinação dos estagiários e profissionais, se mostrou um importante ponto de tensão para os estagiários lotados nos campos de estágio na área da saúde.

Tendo em vista que as profissionais da saúde foram linha de frente no combate à pandemia e estiveram, em sua maior parte, em trabalho presencial durante todo o período mais crítico da contaminação pelo coronavírus, a supervisão remota foi atravessada por inúmeras dificuldades (como sobrecarga de trabalho, instabilidade de conexão da rede, questões familiares e/ou saúde mental), tanto por parte das estudantes, quanto das supervisoras. Assim, os impactos na formação profissional, para além das questões postas em sala de aula durante o Ensino Remoto Emergencial, dizem também sobre o distanciamento das estudantes com o cotidiano institucional, com o trato indireto sobre as demandas dos usuários do serviço e com as dificuldades de supervisão de campo.

Considera-se que a discussão da formação profissional de assistentes sociais como trabalhadores da saúde durante a pandemia se apresenta em alguns pontos que indicam reflexões tanto a respeito dos obstáculos e limites dessa formação, quanto a respeito de potencialidades e possibilidades para discussão, que podem nortear a atuação do Serviço Social. Esta proposta tem como base o relato de experiência de estagiários de Serviço Social no decorrer da pandemia de Covid-19, com destaque para os desafios e possibilidades emergentes no processo de formação profissional.

2.Desafios e possibilidades para a formação profissional em tempos de pandemia

Este trabalho aborda a pandemia que já se estende por mais de dois anos, e é possível fazer a diferenciação entre duas partes principais: o seu início em que a incerteza sobre como agir era maior pela falta de informações sobre o novo vírus e a necessidade imediata do isolamento social, além da maior sobrecarga dos trabalhadores da saúde com a quantidade de demandas relacionadas a pandemia; e a segunda fase que se localizaria após a maior parte da população já estar vacinada e com as medidas sanitárias cada vez mais flexibilizadas, diminuindo drasticamente o número de internações pela Covid-19, por exemplo. Sendo assim, a questão da formação profissional pode ser refletida com algumas especificidades para os diferentes momentos.

Deste modo, o contexto pandêmico que se inaugurou em 2020 revelou não apenas uma crise sanitária de proporções mundiais, mas também um aprofundamento da crise do capital, cujos rebatimentos são econômicos, políticos e sociais (ANTUNES, 2020).

Diante deste cenário, foi possível observar o aprofundamento das contradições e desigualdades sociais e econômicas inerentes ao capitalismo, intensificando assim as expressões da Questão Social e as demandas dos usuários atendidos pelo Serviço Social. No âmbito da Saúde, por exemplo, os efeitos da pandemia não se restringiram apenas ao processo de saúde-doença, pois os desafios se impuseram ao exercício e à formação profissional. Estas particularidades apontam para desafios e possibilidades no exercício profissional e na reflexão coletivas de diversos tópicos.

A fim de ilustrar os principais desafios que atravessaram a formação profissional em Serviço Social ao longo da pandemia, toma-se como ponto de partida uma breve análise sobre a experiência de estágio no campo da saúde durante este período. Em primeiro lugar, um dos desafios mais evidentes foi o distanciamento que se estabeleceu entre estudantes de Serviço Social e os campos de estágio. Nos anos de 2020 e 2021, diversas seleções de estágios foram suspensas e aqueles que permaneceram adotaram o modelo remoto ou híbrido, juntamente com as universidades. Nesse contexto, o contato dos estagiários se deu de forma distanciada com a realidade das instituições e da população usuária e era mediado por aulas remotas e pelo relato dos supervisores de campo.

Cabe ressaltar ainda que, antes mesmo do período pandêmico, o estágio era um importante ponto de tensão para formação profissional em Serviço Social na UFRJ, uma vez que havia — e há ainda — uma oferta de vagas menor do que a necessidade dos estudantes em período de realização do estágio obrigatório. Outro elemento que chama atenção para esta análise é a pouca oferta de bolsas de estágio e a carga horária semanal, de modo que os estudantes trabalhadores não conseguem conciliar seus respectivos empregos com as vagas de estágio ofertadas.

Diante da necessidade de suspensão das atividades presenciais, houve ainda uma redução na oferta de vagas de estágio. Após ser aprovada a realização do estágio remoto em seu caráter emergencial, coube aos supervisores de campo e docentes refletir de que maneira se efetivaria esta experiência de estágio (MENEZES; BOTELHO; RODRIGUES; MOURA, 2021), uma vez que se considera que o contato presencial com a realidade é fundamental para a reflexão e para atualização da teoria e concretização dos documentos e leis que orientam a política de saúde e a atuação do Serviço Social nesta

área.

Importante frisar que é obrigatório a supervisão acadêmica durante o estágio, sendo assim, só é possível estagiar regularmente com o acompanhamento por parte da Universidade. O Serviço Social já vinha debatendo o processo de aprendizagem de maneira não presencial antes mesmo da pandemia, como exemplo disso, há um documento da ABEPSS de 2016 em que o registro de 771 cursos de Serviço Social EAD é associado ao processo de precarização do ensino, haja vista que a defesa da entidade é de que o ensino deve ser gratuito, laico, de qualidade e presencial, tendo o Estado como responsável pelas condições para a sua realização.

Logo, pode-se concluir que a pandemia trouxe um dilema para o Serviço Social que já tinha posição hegemônica formulada sobre o tema. Por isso, o processo de formação ser realizado por meios virtuais nas universidades que estavam seguindo as medidas sanitárias foi aceito apenas em caráter emergencial do ensino remoto por se entender que poderia ser uma abertura para maior precarização do ensino. No ano de 2022, as universidades públicas voltaram ao presencial e seu orçamento se tornou menor do que era antes da pandemia, o que coloca em risco o básico para seu funcionamento como limpeza, segurança e pagamento das contas de água e luz. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022)

Na área da saúde, a articulação da teoria com a sensibilidade que o contato de campo produz é essencial para uma atenção humanizada, que se atualize e permita formação permanente de estagiários e profissionais de saúde (FRANCO, 2016). Essa inserção é que permite ao Serviço Social trabalhar qualitativamente as relações sociais mediadas pela instituição e pela equipe, possibilitando ampliar direitos, politizar o cotidiano profissional e romper com a imediatividade, sempre na perspectiva de atuar na determinação social do processo saúde-doença (VASCONCELOS, 2007).

A área da saúde é um dos principais campos sócio-ocupacionais do Serviço Social e, desde antes da pandemia, já passava por um processo de sucateamento e de redução do seu investimento. Com a chegada da pandemia da Covid-19, a saúde ficou ainda mais em evidência; no entanto, isso não foi suficiente para que seu orçamento fosse valorizado. Mesmo no auge da pandemia, ainda em 2020, apenas 27,2% da verba disponível para o seu enfrentamento foi utilizada pelo governo (SENADO NOTÍCIAS,

2020). Para 2022, ainda faz parte do orçamento o combate à pandemia, contudo, sem essa porcentagem, o investimento na saúde é o menor desde 2012. Isso significa que as perspectivas para a manutenção da saúde pública não são positivas para o futuro, conseqüentemente, a qualidade das condições do trabalho dos profissionais da saúde, o que inclui os assistentes sociais e os estudantes supervisionados, tampouco.

No início da pandemia, era notória a falta de EPI para os profissionais de saúde e a sobrecarga de trabalho. Após o período, teoricamente, mais turbulento, eles precisaram lidar, ainda exaustos, com a precarização do trabalho que aconteceu durante a pandemia e com as conseqüências de todo esse processo em relação à sua saúde mental. Inclusive, muitas assistentes sociais perderam suas vidas nessa jornada, estando presentes em um memorial mantido no site do CFESS. O fato de que os profissionais não estavam apenas esgotados fisicamente e emocionalmente, mas com suas vidas e a de seus companheiros de trabalho em constante risco, dificulta ainda mais o processo de formação continuada exigida pelo Código de Ética Profissional.

Apesar do campo sócio-ocupacional da saúde se manter com a atuação, predominantemente, presencial, o uso da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) era utilizada em atividades como as visitas virtuais excepcionais e o preenchimento das fichas dos usuários em plataformas digitais que a depender da forma de armazenamento poderia ferir o sigilo profissional.

No entanto, a TIC já vinha sendo introduzida na área da saúde tanto pública quanto privada com o discurso neoliberal de que o Estado é ineficiente e a tecnologia iria permitir melhores condições de atendimento. O que ocorre na realidade é o aumento dos atendimentos devido a diminuição no tempo necessário para tal e a sobrecarga dos profissionais ao ignorar o qualitativo para focar no quantitativo da atuação. Processo este que é acelerado no contexto da pandemia. (PAZ; VALENTIM, 2022)

A pandemia e o aumento das demandas, além da introdução das TICs também suscitaram o surgimento de conflitos e contradições que atingiram o trabalho do Serviço Social nas relações com outros profissionais e gestão/gerência das unidades de saúde. Tais contradições poderiam, junto aos/às estagiárias, servir de um mote para diversas reflexões a fim de fortalecer o trabalho dos assistentes sociais e garantir direitos e fluxos de intervenção, atendendo da melhor forma os interesses dos usuários.

Um desses exemplos diz respeito às requisições institucionais que foram delegadas aos assistentes sociais na política de saúde durante a pandemia. Tarefas burocráticas, de secretariado e afins, de contato com familiares de usuários internados, de notificação de óbito para familiares, entre outras, foram demandas institucionais recorrentes durante a pandemia (MATOS, 2021; JACHETTA, 2020). Elas não só desoneram profissionais competentes para tal, como no caso de informação sobre óbito ou prosseguimento do tratamento de pacientes internados, como tão vão ao encontro das competências e atribuições privativas do Serviço Social (BRASIL, 1993).

Conforme argumenta Matos (2021) estas e outras demandas são colocadas aos assistentes sociais na área da saúde, num contexto de desinformação. A informação se coloca como demanda neste contexto, uma vez que há disputa em torno de certos assuntos — tais como medicações corretas e medidas apropriadas de prevenção ao contágio de Covid-19. Mas não só isso, as demandas por informações corretas e atualizadas também é solicitada por usuários e familiares de usuários, principalmente referentes à internação e óbito.

Nesse contexto, os assistentes sociais são requisitados a atender essas demandas, mesmo sem a competência teórica e técnica (JACHETTA, 2020). Além disso, há o risco da categoria atender e cair em um exercício profissional tarefeiro e imediatista, afastado das reais necessidades dos usuários, possíveis de serem captadas a partir de uma suspensão da heterogeneidade do cotidiano que vincule a prática profissional ao seu contexto histórico e às demandas contemporâneas. Tal movimento enfraquece a categoria profissional e se exime de um trabalho propositivo e resolutivo, além de não contribuir para a politização e fortalecimento dos usuários no seu acesso aos serviços de saúde e às informações requeridas.

Como dito mais acima, encara-se essa realidade da pandemia como uma base a partir da qual poderia ter-se suscitado o debate acerca das atribuições e competências profissionais a fim de vislumbrar um exercício profissional mais propositivo durante o período de exceção pandêmica. A formação de futuros assistentes sociais nesse período, portanto, apresenta essa possibilidade. A partir da crítica do cotidiano e das demandas profissionais e da apreensão de que o objeto do trabalho são as expressões da questão social é possível direcionar a reflexão e o exercício profissional para debater, por

exemplo, o dever institucional e de profissionais habilitados a manterem uma comunicação contínua com familiares de pacientes internados por conta da Covid-19. Este direcionamento do trabalho do Serviço Social aponta para a necessidade de identificar de que forma a questão social e os conflitos entre usuários e instituição aparecem, localizá-los no seu tempo histórico, e possibilitar o tensionamento destas relações societárias e institucionais a fim de garantir direitos.

Esta postura profissional possibilita, portanto, a adequação das instituições e das práticas profissionais a fim de atender seus usuários de acordo como eles se apresentam, com as demandas que estes têm. Além disso e de seguir as recomendações expressas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020) a respeito da concessão de informações sobre boletim de saúde e óbito, também fortalece a categoria no sentido de retirá-la de requisições indevidas e prevenir sobrecarga de trabalho, tão e mais comum quando profissionais atendem indiscriminadamente demandas que não lhe dizem respeito.

Estas requisições, apesar de intensificadas durante o período pandêmico, acompanham as demandas institucionais colocadas ao Serviço Social há anos antes da pandemia de Covid-19. Por este motivo, considera-se que o debate destas num momento agudo da situação sanitária e epidemiológica nacional e internacional, é pertinente para se refletir acerca da atuação profissional e das possibilidades — muitas vezes, apenas potenciais — de exercício propositivo e inserido na realidade concreta das relações sociais.

Como dito mais acima, há o momento de dificuldade nos períodos agudos da pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, referidos acima, mas também há o momento de abertura dos campos de estágio e volta às atividades presenciais, em que o contato com a realidade da instituição e do perfil de usuários é retornado, mas ainda há resquícios do período pandêmico mais grave.

Em relação a esse segundo momento, se pode tecer algumas considerações acerca da experiência de estágio. Apesar da volta cada vez mais gradual e menos incerta dos acadêmicos aos campos de estágio, as instituições ainda estão adaptadas às demandas referentes à Covid-19 e as demandas referentes a isso continuam chegando ao Serviço Social. A adequação de espaços para atendimento e testagem de pessoas com sintomas

gripais, a prioridade dada a esses casos, os efeitos da crise agravada pela pandemia surgem no cotidiano do trabalho das assistentes sociais.

É um contexto ligeiramente diferenciado dos momentos mais agudos da pandemia, e que requerem considerações e reflexões para um trabalho de qualidade. Algumas ações, outrora suspensas, voltam, como as visitas domiciliares e os trabalhos em grupo, em que cabe ao Serviço Social ter um olhar crítico em relação às demandas e necessidades sociais, considerando as relações e pressões na instituição para que seu trabalho seja feito em determinadas direções. Apesar do afrouxamento das demandas mais graves, não há espaço para folga e para desconsiderar a necessidade de intervenção do Serviço Social em rotinas e fluxos, sempre quando houver necessidade de garantir suas atribuições e de atender melhor os direitos da população usuária.

Assim, a atuação dos profissionais de saúde, particularmente do Serviço Social, deve levar sempre em conta o momento histórico em que está presente. Assim, a realidade das demandas e da inserção de TICs tem, engendrada, estratégias pelas quais o Serviço Social pode trabalhar para garantir direitos. As tecnologias de comunicação têm que ser utilizadas para garantir a comunicação, com o direito a sigilo profissional resguardado, das condições e aspectos mais relevantes do atendimento e da condição de saúde do usuário. A sua exposição adequada e a sua troca com outros profissionais, juntamente com a posição aguerrida e bem preparada de assistentes sociais, pode contribuir para pautar o debate e visualizar novas táticas e estratégias de trabalho em equipe.

O retorno de modalidades de trabalho, como trabalhos em grupo, como referido mais acima, tem a possibilidade de provocar reflexões a respeito da pandemia e das situações vividas, politizando-as. Esse movimento também pode ser feito em relação a entrada dos usuários nas unidades de saúde, uma vez que também é dever do assistente social a democratização das informações destas. Podem ser trabalhados a falta de acesso, fluxos problemáticos, a possibilidade de participação nas instâncias de controle social para promoção de mudança nestes, entre outros.

Visitas domiciliares, também retornando, têm suas características que precisam ser resguardadas, como o uso de EPIs para salvaguarda da saúde de profissionais e usuários, mas também tem suas possibilidades. O olhar atento e qualificado do Serviço

Social para novas demandas e condições socioeconômicas, em contato com a realidade social, pode permitir a análise das condições de saúde, as dificuldades de prevenção, a troca com universidades, supervisores de estágio e preceptores de residência. Fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre universidade e campo de estágio, num momento em que os estudos a respeito da pandemia e de suas consequências ainda está em andamento, é fundamental para vislumbrar novas perspectivas de atuação e novas políticas públicas, ampliando-as, assim como promover ações de extensão. Sem esquecer, porém, da necessidade de fortalecimento da população usuária e de democratização das informações obtidas e analisadas, para que essas possam, por meio de suas entidades representativas em diversas instâncias, lutar por seus direitos. Essa possibilidade de atuação não se limita às visitas domiciliares, mas também pode ser realizada nas entrevistas e atendimentos individuais e nas reuniões entre equipes.

Esse direcionamento pode reforçar e levantar a determinação social de processo saúde-doença e apontar para uma atuação integral, que promova a saúde a partir de movimentações reais do cotidiano, trazendo a responsabilidade da instituição, porém reconhecendo seus limites na reprodução da vida em sociedade e da saúde-doença.

Em suma, o que se pode argumentar é que se visualiza, com a pandemia, uma possibilidade de questionamento e enfrentamento a muitas questões que já recaem sobre o Serviço Social, porém com novas mediações que necessitam ainda serem avaliadas em coletividade. Como se pôde observar, questões da não-especificidade do objeto profissional das assistentes sociais, as requisições indevidas, a necessidade de atribuir ao fazer profissional um fazer histórico se reatualizam neste contexto. Junto a eles, a importância da qualificação teórico-metodológica, do fazer técnico-operativo e o fortalecimento dos princípios ético-políticos que baseiam o projeto profissional hegemônico. É necessário, na complexidade e na totalidade que o real se apresenta, a apreensão das suas diversas mediações concretas, institucionais, territoriais e sociais para que o Serviço Social em si também se coloque como sujeito histórico e coloque sua práxis na direção dos direitos sociais e da emancipação humana. A pandemia recoloca essas questões que, insistimos, ainda precisam ser observadas pelo coletivo da categoria.

Por fim, este período foi também de grandes aprendizados, tendo em vista a necessidade de reinventar o fazer profissional para garantir o acesso da população usuária

aos seus direitos mais básicos, como a saúde. As estagiárias contribuíram em diferentes sentidos, como na articulação entre instituições através das redes sociais, bem como na disseminação de informações para usuários, familiares e demais interessados nos direitos e benefícios ofertados pelo serviço. Houve também a possibilidade de maior interlocução entre teoria e prática, de modo que os espaços de formação de campo de estágio e acadêmico dialogaram entre si por meio de fóruns de estágio, eventos e debates organizados inclusive por estagiárias da área.

3. Considerações Finais

A pandemia foi um fenômeno histórico que marcou a realidade contemporânea de maneiras distintas e, por isso, seus impactos sobre a formação e o exercício profissional requer uma análise mais aprofundada/ prolongada. Este trabalho não tem como objetivo esgotar o debate, mas sim apontar a necessidade de maior amadurecimento teórico sobre a dimensão da prática profissional do Serviço Social nas instituições de saúde durante e após o período pandêmico, afinal, tais consequências terão reverberações a longo prazo. Isto porque, este período foi decisivo para repensar os instrumentos e técnicas utilizados pela categoria profissional, além de promover a inserção do estágio no campo de outras maneiras em função dos protocolos sanitários.

Foi notório o modo como o capital reiterou e intensificou as formas de dominação-exploração dos trabalhadores ao longo da pandemia através da incorporação de novas tecnologias (teleatendimentos, regime de trabalho home office, solicitação de benefícios apenas por meio de plataformas digitais, etc), de forma que a classe trabalhadora viu diante da agudização dos vínculos precários e intermitentes de trabalho, além do aumento exponencial do desemprego e subemprego (ANTUNES, 2020). Estando o Serviço Social inserido nessa realidade, evidenciam-se os efeitos da precarização na formação e exercício profissional da categoria que se materializam em desafios para a atuação crítica e qualificada dos profissionais diante das contradições e do movimento da realidade.

No entanto, as possibilidades presentes nesse cenário devem ser ressaltadas igualmente. Afinal, nesse período houve maior integração entre as instituições da rede socioassistencial por intermédio dos canais virtuais, além de materiais informativos,

seminários e eventos online propostos pelos estagiários como projetos de intervenção. Deste modo, se por um lado as Tecnologias da Informação podem ser apropriadas pelo Serviço Social para melhor atuação da categoria profissional em suas diferentes dimensões (VELOSO, 2010), por outro demonstram que há ainda muito no que avançar para uniformizar o acesso à tecnologia e permitir que estudantes e profissionais sejam capacitados com esse instrumento para promover o acesso aos direitos sociais dos usuários.

Este trabalho não busca realizar a defesa do ensino e estágio remoto como meio substitutivo do ensino presencial, pois se contrapõe à ideia neoliberal de mercado de trabalho e que seja gratuita, laica, presencial e de qualidade. Além da organização da categoria para barrar a tentativa de sobrecarregar ao máximo a força de trabalho com o aumento dos atendimentos pelo uso da tecnologia, sem que isso signifique a diminuição do atendimento das necessidades da população usuária. Posto isto, é preciso garantir as condições para que, após as experiências do período pandêmico, ocorra o aprofundamento da discussão sobre o trabalho realizado nesse contexto, além da ampliação do estudo do determinante social da saúde-doença no sentido de agir para a prevenção e promoção de saúde.

Referências

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19)**. Brasília 2020. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nota-final-estagio_abepss-03-de-abril-de-2020.202004031809224761180.pdf. Acesso em: fev. 2023.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Sobre o processo de avaliação do ensino superior no Brasil, 2016**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ok-sobre-o-processo-de-avaliacao-do-ensino-superior-no-brasil-201609010310280544930.pdf> Acesso fev/2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Universidades federais alertam que orçamento é menor do que antes da pandemia. **Câmara dos Deputados [online]**, 6 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/883945-universidades-federais-alertam-que-orcamento-e-menor-do-que-antes-da-pandemia/> Acesso fev/2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Orientação normativa n.3**. Dispõe sobre ações de comunicação de boletim de saúde e óbitos por assistente sociais. Brasília: CFESS, 2020.

IG. Fora recursos voltados à Covid-19, orçamento da saúde em 2022 é o menor em 10 anos. **Ig Economia [online]**, 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-11-18/orcamento-saude-2022-menor-desde-2012.html> Acesso fev/2023.

JACHETTA, Gabriela. **A interface entre Serviço Social e saúde em tempos de pandemia pela Covid-19**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (monografia), 2020.

MATOS, Maurílio de Castro. (Des)informação dos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 48, v.19, p.124-138, 2021.

MENEZES, Débora Holanda L.; BOTELHO, Marcos, RODRIGUES, Fernanda A.; MOURA, Eduarda G. O estágio supervisionado na formação do Serviço Social: uma experiência desafiadora no período pandêmico. **Libertas**, Juiz de Fora, v.21, n.2, p. 499-512, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35262/23655> Acesso fev/2023.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro; VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros. Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.25, n.1, p. 114-124, jan/abr. 2022.

SENADO NOTÍCIAS. Ministério só gastou 27,2% do dinheiro para combater pandemia, admite Pazuello. **Senado Notícias [online]**, Brasília, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/23/ministerio-so-gastou-27-2-do-dinheiro-para-combater-pandemia-admite-pazuello>. Acesso em: fev.2023.

VASCONCELOS, Ana M. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. Cortez: São Paulo, 2002.

VELOSO, Renato. Tecnologias da Informação e Serviço Social: notas iniciais sobre o seu potencial estratégico para o exercício profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 517-534, 2010. Disponível em: www.revista2.uepg.br/index.php/emancipacao.